



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª/GRA

TERMO DE REFERÊNCIA

(MENOR PREÇO POR ITEM)

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP VISANDO O FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E
DESCARGA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE TI PARA A CODEVASF – 4ª SUPERINTENDÊNCIA
REGIONAL, EM SERGIPE.**

novembro/2023



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES.....	3
3.	FORMA DE REALIZAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	5
4.	LOCAL DE ENTREGA	5
5.	DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS.....	6
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	6
7.	DA AMOSTRA.....	7
8.	VISITA AO LOCAL DA ENTREGA	9
9.	PROPOSTA.....	8
10.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	9
11.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	10
12.	PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS	102
13.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	11
14.	REVISÃO DOS PREÇOS	11
15.	PRAZO DE VALIDADE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	12
16.	CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO	12
17.	FISCALIZAÇÃO	156
18.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	167
19.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	189
20.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.....	20
21.	MULTA.....	21
22.	GARANTIA DOS MATERIAIS	223
23.	CONDIÇÕES GERAIS	233
24.	ANEXOS.....	234



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 **Sistema de Registro de Preços – SRP visando o fornecimento, transporte, carga e descarga de equipamentos e materiais de TI para a Codevasf – 4ª Superintendência Regional, em Sergipe**, com 42 (quarenta e dois) itens, conforme descritos no Anexo II do TR.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada no município de Aracaju/SE, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site das Compras Governamentais: www.comprasnet.gov.br.

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site de Compras Governamentais: www.comprasnet.gov.br.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

CONTRATO – Documento, subscrito pela Codevasf e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos fornecimentos.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

BANCO DE PREÇOS - disponibiliza de forma clara e de fácil leitura, dados e informações de compras públicas homologadas no Sistema de Compras do Governo: www.bancodeprecos.com.br.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Documento, subscrito pela Codevasf e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução do ou fornecimento.

ORDEM DE FORNECIMENTO – Documento que compõem/comporá o contrato assinado pelo Superintendente da 4ª Superintendência Regional que oficializa o início da contagem de prazo para a execução do contrato

FISCALIZAÇÃO – Equipe da Codevasf atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES OU SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site das Compras Governamentais: www.comprasnet.gov.br.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Modo de Disputa: Aberto, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.2 Valor estimado: Público

3.4 Regime de Execução: Empreitada por preço unitário.

3.5 Forma de Realização: Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços - SRP

3.6 Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item

3.6.1 Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência e no Edital, respeitar os limites de preços e **apresentar o menor preço por item**, para o fornecimento dos referidos mobiliários e equipamentos.

3.6.2 A proposta deverá ser apresentada em reais, **com duas casas decimais**, com as quantidades, com os preços unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas com tributos, fretes (regionais e nacionais) e demais custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição, conforme os itens e especificações constantes no presente Termo de Referência – TR.

3.6.3 Todos os produtos devem ser originais de fábrica, **não sendo aceita, em hipótese alguma, a cotação de produtos remanufaturados, reciclados, recondicionados ou pirateados**, sob pena de afastamento do certame pela Codevasf (TCU, Decisão 1622/2002-Plenário).

4. LOCAL DE ENTREGA

4.1 Os mobiliários e equipamentos, objeto deste Termo de Referência, deverão ser faturados e entregues no endereço descrito abaixo, conforme Ordem de Fornecimento (OF) emitida pela Unidade Regional de Tecnologia da Informação – 4ª GRA/UTI da Gerência Regional de Administração e Tecnologia - 4ª GRA, da Codevasf:

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR
Endereço: Avenida Beira Mar, nº 2150 – Bairro Jardins.
CEP: 49.025-040. Aracaju/SE. Fone: (79) 3194-4209



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- 4.2 O horário para entrega dos mobiliários e equipamentos será de 08h às 11h30 e de 13h30 às 17h.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 5.1 O objeto do presente pregão compreende: Sistema de Registro de Preços – SRP visando o fornecimento, transporte, carga, descarga de mobiliários e equipamentos para a Codevasf – 4ª Superintendência Regional, em Sergipe, conforme distribuídos na planilha constante no **ANEXO II** deste Termo de Referência.
- 5.2 O meio de transporte e o acondicionamento dos mobiliários e equipamentos, objeto deste pregão, devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.
- 5.3 A Codevasf não dispõe no local da entrega, nem de equipamentos e nem de pessoal para as atividades de descarga dos materiais e bens a serem adquiridos, devendo ser avisada via e-mail, com antecedência devida de até 3 (três) dias a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais e bens a serem entregues.
- 5.4 As descrições do fornecimento eventual, carga, transporte e descarga de equipamentos e materiais de TI, bem como suas especificações técnicas e seus quantitativos, constam nas planilhas do ANEXO II deste Termo de Referência, composto de 42 (quarenta e dois) itens.
- 5.5 **Havendo divergência entre a descrição dos materiais e bens no sistema Comprasnet (CATMAT) e a descrição contida nas planilhas do Anexo II, prevalecerá sempre à descrição contida nas planilhas campo "Descrição".**
- 5.6 A A pesquisa de preços que norteou o Termo de Referência foi realizada entre **novembro de 2023**, através do Sistema de Pesquisa de Preços do BANCO DE PREÇOS – www.bancodeprecos.com.br.
- 5.7 Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, individuais, que atendam às exigências do TR e seus Anexos.

6.2 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- 6.2.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, onde concorrerão de forma exclusiva.

6.5 CONSÓRCIO

- 6.5.1 Não será permitida a participação de consórcio.

6.6 SUBCONTRATAÇÃO

- 6.6.1 Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação

7. DA AMOSTRA

- 7.1 Poderá ser exigido do licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar e/ou com a proposta mais vantajosa, que apresente amostra, ficha técnica e laudo, conforme o caso, para verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação do pregoeiro via chat ou na Codevasf – 4ª SR, localizada na Avenida Beira Mar, nº 2150 – Bairro Jardins – Aracaju/SE**
- 7.2 Quando houver solicitação de amostra, poderão ser exigidos relatórios e/ou laudos de ensaio de laboratório acreditado pelo INMETRO, que demonstre a conformidade com as normas brasileiras pertinentes. O Relatório de Ensaio deverá atender aos requisitos das respectivas normas e deverá vir acompanhado de documentação gráfica (desenhos ou fotos) e memorial descritivo com informação necessária e suficiente.
- 7.3 A apresentação das amostras não será condição de habilitação, tampouco de impedimento à participação, estando à mesma limitada à fase de classificação das propostas, devidamente disciplinada no instrumento convocatório - Decisão nº 85/2002 - Plenário e Decisão nº 1102/2001- Plenário.
- 7.4 A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo.
- 7.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, desmontados ou instalados pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

7.6 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.7 Será considerada aprovada a amostra que atender aos critérios técnicos estabelecidos neste instrumento.

8. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

8.1 O atestado de visita aos locais do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização dos locais de entrega.

8.1.1 Os custos de visita ao local onde serão entregues os materiais e bens correrão por exclusiva conta do licitante.

8.1.2 Em caso de dúvidas sobre onde serão entregues os materiais e bens, objeto desse Termo de Referência, ou para marcar/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Unidade Regional de Patrimônio, Material e Serviços Auxiliares da Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª/GRA/USA, localizada na Avenida Beira Mar, nº 2150 - município de Aracaju/SE, nos telefones: (79) 3194-4279/4276.

9 PROPOSTA

9.1 As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada material/bem ofertado;
- b) A proposta deverá ser formulada e encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obedecendo aos prazos estipulados neste instrumento convocatório e será considerado o **preço do item, com duas casas decimais**, com as quantidades, com preços unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas com tributos, fretes (regionais e nacionais) e demais custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição, conforme os itens e especificações constantes no presente Termo de Referência.
- c) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- d) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os materiais e bens, deve estar devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo III, que é parte integrante deste termo de Referência.
 - e) O prazo de **validade da proposta será de 60 (sessenta) dias** contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.
- 9.1.1 Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.
- 9.1.2 Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos materiais, considerando que a **Codevasf não possui Inscrição Estadual**, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais/bens ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.
- 9.2 Será considerada a melhor proposta, a que **apresentar o menor preço por item**, conforme critérios acima estabelecidos.
- 10 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 10.1 QUALIFICAÇÕES TÉCNICA**
- 10.1.1 Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas, sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.
- 10.1.2 Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos materiais/bens, que não restrinja os direitos da Codevasf e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem materiais/bens dentro das condições estabelecidas. A Codevasf poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais/bens, constantes das Especificações Técnicas, Anexo II deste Termo de Referência.
- 10.1.3 O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- a) Comprovação de compatibilidade da inscrição do CNPJ da licitante compatível com o objeto de fornecimento do Edital e Termo de Referência;
- b) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos de forma a permitir a comprovação da experiência do licitante na execução de fornecimentos similares ao objeto da licitação.
- c) Após a apresentação das propostas a Codevasf terá 3 (três) dias úteis para verificação de todos os documentos e habilitação das empresas vencedoras do processo licitatório;

10.1.4 Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito à aprovação pela Codevasf.

10.2 A Codevasf poderá, a seu critério, promover visita de cunho técnico para conhecer as instalações e equipamentos das empresas participantes do processo.

11 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação o valor máximo global de **R\$ 174.706,17 (cento e setenta e quatro mil, setecentos e seis reais e dezessete centavos)**, sendo o valor máximo por item, a **preços de novembro/2023**, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste termo de Referência.

11.2 As planilhas orçamentárias e o preço dos itens foram baseados em pesquisa de preços através do Sistema de Pesquisa de Preços do BANCO DE PREÇOS – www.bancodeprecos.com.br, conforme estabelecido na Instrução Normativa Nº 73 de 05 de agosto de 2020, os preços constantes nesse relatório atendem ao Inc. I Art. 2º, (Portal de Compras Governamentais - www.comprasgovernamentais.gov.br), §2º do Art. 2º, (o resultado da pesquisa será a média e mediana dos preços obtidos), bem como Inc. II e III do Art. 2º.

11.3 Em conformidade com o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, art.7º, § 2º:

"Na licitação para Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."

12 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

12.1 O prazo máximo para execução do objeto deste TR, ou seja, para entrega dos materiais e bens, **será de 30 (trinta) dias**, a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

– OF (contendo a informação da respectiva Nota de Empenho) pela licitante vencedora, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

- 12.2 A Ordem de Fornecimento, documento convocatório para a entrega dos materiais e bens, será enviado à empresa vencedora por e-mail ou outro meio de comunicação disponível.

13 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 13.1 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base nos preços unitários dos materiais/bens registrados na Ata de Registro de Preços, efetivamente entregue no endereço indicado, em conformidade com o item 04 (Local de entrega), contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da Codevasf, conforme legislação vigente.
- 13.2 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela.
- 13.3 Os materiais/bens, objeto deste certame, serão pagos de acordo com a unidade responsável pela emissão da Ordem de Fornecimento (OF), de acordo com seu respectivo CNPJ e demais dados de identificação.

14 REVISÃO DOS PREÇOS

- 14.1 Os preços registrados somente poderão ser revistos em caso de desequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado, que eleve o custo dos materiais/bens registrados, conforme Art. 17, 18 e 19 do Decreto nº 7.892/2013 e observadas às situações previstas no Inciso VI do Art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 14.2 Caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro conforme item acima, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[\frac{I1 - I0}{I0} \right]$$

Onde:

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice da Tabela FGV Código 1004812 (IPA-EP), correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o índice da Tabela FGV Código 1004812 (IPA-EP), correspondente ao mês de apresentação da Proposta



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

14.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

15 PRAZO DE VALIDADE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 O prazo de validade dos preços apresentados será de **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços pela autoridade competente da Codevasf.

16 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

16.1 As especificações constantes da proposta deverão estar em conformidade com a presente neste Termo de Referência, após avaliação e aprovação das amostras apresentadas.

16.2 O prazo de entrega dos itens pedidos será de 30 (trinta) dias, a contar da comprovação de recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) assinada, contendo a informação da respectiva Nota de Empenho.

16.3 Caso, na data e hora previamente agendada para entrega, o fiscal não se ache no local informado a Beneficiária da Ata, a seu critério, poderá cancelar o fornecimento ou efetuar novo agendamento para entrega.

16.4 Os fornecimentos serão efetuados em dias úteis, nos horários estabelecidos pela Codevasf - 4ª SR ou, excepcionalmente, em outra data e horário determinado pela mesma.

16.5 Os materiais/bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou representante legal Codevasf – 4ª SR, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

16.6 Os materiais/bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.7 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- 16.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 16.9 O objeto adjudicado deverá ser entregue com um prazo mínimo útil de validade em relação àquela apresentada pelo fabricante a partir da data de entrega de cada pedido.
- 16.10 A formalização do pedido de material/bem será efetuada, via Ordem de Fornecimento (OF), mediante o seu envio por e-mail ou outro meio de comunicação disponível, ao número informado pelo fornecedor, devidamente assinado pelo representante legal do órgão ou seu preposto e encaminhado à empresa Beneficiária da Ata, conforme previsto neste Termo de Referência.
- 16.11 Os itens de procedência estrangeira deverão ter esta característica registrada na nota fiscal.
- 16.12 A Beneficiária da Ata será a única responsável pela qualidade dos materiais/bens fornecidos.
- 16.13 O recebimento do material/bem não significa a sua aceitação, que será efetivada após o material/bem ter sido periciado visualmente e aprovado para uso, pelo fiscal do contrato da Codevasf.
- 16.14 A cada entrega de material/bem será promovida nova perícia visual do material/bem realizada pelo critério de amostragem.
- 16.15 A Beneficiária da Ata deverá substituir, durante o prazo de validade, o material/bem entregue e aceito que se evidencie estar fora das características e especificações do material/bem a ela adjudicado no certame. Caso não seja possível a substituição, a Beneficiária deverá indenizar o órgão.
- 16.16 O órgão selecionará, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidas a exames visuais, visando à verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo, sendo o prazo máximo de perícia dessas amostras de 02 (dois) dias úteis, contados da entrega do material.
- 16.17 A rejeição do material/bem não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega fixado.
- 16.18 Ocorrendo a rejeição de algum material/bem, a Beneficiária da Ata será notificada pelo órgão destinatário, para a sua retirada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.
- 16.19 As entregas de material/bem somente poderão ser concretizadas em data e horário previamente ajustados, mediante entendimento entre a Beneficiária e o órgão com antecedência de 02 (dois) dias úteis.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- 16.20 Todo o material/bem deverá estar etiquetado, sendo que a inobservância desta recomendação sujeita a Beneficiária a assumir as responsabilidades e a arcar com os prejuízos decorrentes do não recebimento, pelo órgão, do material/bem encomendado.
- 16.21 Na ocorrência de avaria ou defeito coberto por garantia dada ao material/bem e no seu prazo de vigência, os custos de transporte do material/bem para a fábrica, oficina ou qualquer outro local, determinado pelo fornecedor, também serão cobertos pela Beneficiária.
- 16.22 Cada entrega de material/bem deverá ser acompanhada de cópia da respectiva Ordem de Fornecimento (OF) e da nota fiscal original do material/bem, o qual registrará, obrigatoriamente:
- a) Número da Ordem de Fornecimento (OF);
 - b) Nomenclatura do material/bem encomendado;
 - c) Declaração de que as contribuições a serem retidas na operação, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012, pois, por ser Substituto Tributário, a Codevasf recolhe na fonte os impostos pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral; e
 - d) Os dados bancários para pagamento; Banco (número e nome), Agência (código e nome) e Conta Corrente.
- 16.23 O material/bem deverá ter sua identificação aposta na embalagem, através de adesivos ou etiquetas em que constem:
- a) Número de Estoque Brasileiro (NEB);
 - b) Número do Pedido de Material;
 - c) Nome da empresa;
 - d) A nomenclatura do material;
 - e) A unidade de fornecimento;
 - f) A quantidade da embalagem; e
 - g) Prazo de validade do item (caso tenha limite de vida útil em prateleira).
- 16.24 O fornecimento do material/bem será nas quantidades e descrições indicadas conforme o contido nos anexos deste Termo e deverão ser fornecidos com um mínimo de doze meses de validade ou 75% do prazo de validade indicada pelo fabricante ou outro mecanismo pertinente, a partir da data de entrega.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- 16.25 Quando solicitado na relação do material licitado deverão ser fornecidos certificados de qualidade e/ou garantia e/ou teste e/ou laudo técnico, junto ao material entregue.
- 16.26 Deverão ser informados os cuidados especiais a serem observados na preservação e armazenagem do material/bem, tais como: temperatura de armazenagem, limite de umidade ou outros que o material exigir.
- 16.27 Cobranças relativas aos ressarcimentos iniciar-se-ão no primeiro dia útil após o vencimento do prazo final dado pelo órgão para entrega do material.
- 16.28 Quando constatada qualquer irregularidade no ato do recebimento, a mercadoria será devolvida no próprio transporte, não sendo responsabilidade da Contratante o que vier a ocorrer posteriormente com tal mercadoria.
- 16.29 O recebimento de material/bem de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 16.30 Independentemente da aceitação, a contratada garantirá a qualidade do produto pelo prazo estabelecido na respectiva garantia pelo fabricante e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo contratante.
- 16.31 Quando da contratação da empresa para o fornecimento dos mobiliários e equipamentos, a mesma deverá garantir a assistência técnica no estado de Sergipe, bem como, fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.
- 16.32 As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades da Codevasf, a qual não está obrigada a firmar o total das contratações advindas do Registro de Preços.

17 FISCALIZAÇÃO

- 17.1 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela Codevasf, por técnico designado, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 17.2 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- 17.3 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais/bens, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 17.4 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA, por meio da Unidade Regional de Tecnologia da Informação – 4ª GRA/UTI, a execução do contrato.
- 17.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 17.6 Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA, por meio da Unidade Regional de Tecnologia da Informação – 4ª GRA/UTI, que é a responsável pelo acompanhamento do contrato; no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 17.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 17.8 Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços/fornecimentos prestados pelo Licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços/fornecimentos.

18 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 18.1 A inclusão de critérios de sustentabilidade nas especificações dos itens e nas exigências a serem cobradas dos fornecedores está consubstanciada nos diplomas legais elencados abaixo e nos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro:
- a) O disposto no art. 170, inciso VI, da Constituição Federal, que estabelece como princípio da ordem econômica a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e de seus processos de elaboração e prestação;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- b) A diretriz prevista no art. 225 da Constituição da República, preconiza que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;
 - c) A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, cujo objetivo traduz-se na preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana;
- 18.2 A Lei nº 13.303/2016 nos Art. 32 (Inciso I e §§1º) e Art. 55 (Inciso III) incluiu a observância de critérios de sustentabilidade;
- 18.3 A Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional sobre Mudança de Clima (PNMC), tem como uma de suas diretrizes o estímulo e o apoio à manutenção e à promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo (art. 5º, XIII), e como um de seus instrumentos a adoção de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos (art. 6º, XII);
- 18.4 A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), cujo art. 7º, inciso XI, destaca como um dos objetivos a prioridade nas aquisições e contratações governamentais de produtos reciclados e recicláveis, assim como de bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. O Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 estabelecendo critérios, práticas e diretrizes gerais de sustentabilidade nas contratações realizadas pela administração pública federal;
- 18.5 A Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), a qual prevê expressamente que as especificações técnicas para aquisições de bens e contratações de obras e serviços deverão conter critérios ambientais nos processos de extração, fabricação, utilização e descarte de matérias primas, sem frustrar o caráter competitivo do certame;
- 18.6 A Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da SLTI/MPOG, estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável, incitando as práticas de contratações sustentáveis, conforme disposto no art. 11, inciso VI e o anexo II da referida norma.
- 18.7 O Licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, **no que couber**, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
 - d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 18.8 O Licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.
- 18.9 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do Licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.
- 18.20 Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitua as exigências do item 18.7 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.
- 18.21 A Codevasf, por meio da gestão do contrato, fará a fiscalização dos critérios de sustentabilidade adotados/apresentados pela empresa no decorrer do contrato.
- 19 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 19.1 O licitante fica obrigado a garantir a qualidade de todos os materiais/bens.
- 19.2 A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:
- 19.2.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência, prazo de validade,



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

número do contrato e dados bancários para pagamento (banco, nome e código da agência e conta corrente);

- 19.2.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, no caso de equipamentos;
- 19.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Artigo 76 da Lei 13.303/2016;
- 19.2.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, no caso de equipamentos;
- 19.2.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 19.2.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 19.3 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações com o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 19.4 A contratada deverá cumprir o Acordo de nível de serviço:
 - 19.4.1 A Contratada deverá disponibilizar serviço de atendimento, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (das 8h às 18h), indicando endereço de e-mail para abertura do chamado e outros meios como telefone (de preferência do tipo 0800) e sítio para abertura de chamados.
 - 19.4.2 É obrigatória a indicação de endereço eletrônico (e-mail) para a abertura de chamados, que será considerado o meio de comunicação padrão da Contratante.
 - 19.4.3 A Contratante não se responsabiliza por falhas no serviço de e-mail da Contratada, cabendo a ela informar qualquer mudança que ocorrer no endereço;
 - 19.4.4 É requisito para o aceite definitivo do produto ora licitado, o fornecimento do e-mail para a abertura do chamado, que deverá ser válido e estar totalmente operacional.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- 19.4.5 Qualquer problema de fornecimento ou de vício nos produtos deverá ser sanado em, no máximo, 72 (setenta e duas) horas a contar da abertura do chamado.
- 19.4.6 Para cada dia de atraso na resolução do problema, a Contratada será penalizada com multa moratória, na forma do item 21.
- 19.4.7 O prazo para entrega dos produtos será de 30 (trinta) dias corridos, conforme definido no item 13.1, podendo ser estendido para o máximo de 60 (sessenta) dias.
- 19.4.8 Caso o produto não tenha sido entregue em até 60 dias, será aplicada a regra do item 20.1

20 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

20.1 São obrigações da Contratante

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;
- b) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos objetos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;
- f) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus Anexos.

20.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados prepostos ou subordinados.

20.3 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela Contratada, através de correspondências protocoladas.

20.4 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- 20.5 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a Contratada, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 20.6 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 20.7 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos contratados.
- 20.8 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

21 MULTAS

- 21.1 Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da Contratada, cabe a aplicação de multa de até 10% (dez por cento) do contrato ou ordem de fornecimento, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.
- 21.2 Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da Contratada, será cobrada multa de até 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
- 21.3 Nos casos de atrasos na execução dos fornecimentos descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da Contratada, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

Graus de Penalidade:

Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

Grau 03 – multa de 0,2% por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% por dia sobre o valor contratual atualizado

Inadimplências	Grau de Penalidade
Pelo não atendimento à determinação estipulada pela Fiscalização, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à Contratada, através de comunicação formal do fiscal	01
Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido	02
Por dificultar ou impedir o acesso da Fiscalização a documentos	02
Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela Fiscalização	03
Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado	04



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- 21.4. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela Fiscalização, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela acima, a Contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 21.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
- a) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
 - b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Unidade Regional de Finanças da Codevasf – 4ª/GRG/UFN, o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 21.6 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 21.7 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade competente da Codevasf, que poderá rejeitar ou não a multa.
- 21.8. Em caso de relevação da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 21.9 Caso a Autoridade competente mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

22 GARANTIA DOS MATERIAIS/BENS

- 22.1 A garantia consta das planilhas de especificações constantes no Anexo II, parte integrante deste Termo de Referência.
- 22.2 A empresa deverá substituir o material não aceito pelo Contratante, durante o período de garantia, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da ciência da rejeição;
- 22.3 Os materiais/bens oriundos do Registro de Preços deverão ser acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para o armazenamento por prazo não



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

inferior a 12 (doze) meses (nos itens que não constam o prazo de validade e garantia na descrição dos materiais), contados da data em que forem entregues, devendo constar a descrição do produto, incluindo marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto.

23 CONDIÇÕES GERAIS

23.1 A empresa deverá entregar os produtos originais que deverão conter em sua embalagem – impresso ou gravado, as seguintes informações:

- a) Indicação do fabricante do produto.
- b) Indicação do distribuidor e do fornecedor do produto;
- c) Indicação de marca e patente do produto. Não será de forma nenhuma aceito produto sem a indicação da marca, seja impressa ou fresada;
- d) Informações sobre o serviço de atendimento ao consumidor – SAC.
- e) Os suprimentos deverão produzir impressões nítidas e de boa qualidade;

23.2 Todos os suprimentos especificados nesse Termo deverão conter referência. Referência é o termo genérico aplicado a qualquer código ou símbolo usado pelos fabricantes e/ou fornecedores de materiais/bens para identificação de seus produtos. Os tipos mais comuns de números de referência são:

- a) Símbolo do fabricante ou fornecedor;
- b) Número do plano do fabricante;
- c) Código de barras do fornecedor;
- d) Número da peça do plano/desenho do fabricante.

24 ANEXOS

24.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I - Justificativas
- Anexo II - Planilha de Especificações, Quantidades e Preços Totais
- Anexo III - Planilha de Preços Unitários e Totais - MODELO
- Anexo IV – Matriz de Risco



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

- 24.2 Este Termo de Referência e seus Anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a Contratada, independente de transcrições



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos bens a serem adquiridos, previstos no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o Termo de Referência.

Justificativas:

Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

A divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) não será admitida, tendo em vista a exiguidade do prazo.

Da necessidade da contratação

A contratação dos fornecimentos objetivados na presente licitação justificasse tendo como base o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) da CODEVASF, no que tange à melhoria contínua dos processos de trabalho, à aprimoração da TI corporativa, além de garantir a estrutura de TI apropriada para as atividades administrativas e financeiras e garantir continuidade e disponibilidade dos serviços de TI no âmbito da 4ª SR, considerando a fundamentação apresentada acima e o estudo de levantamento das demandas analisadas nesta Superintendência.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:

A adoção do Pregão Eletrônico, além de atender o que rege a Lei 13.303/2016 e o Decreto 10.024/2019, visa ampliar a eficiência nesta contratação, bem como a competitividade entre os licitantes. Também busca assegurar o tratamento isonômico e buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

O essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimentos seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo dos fornecimentos que serão contratados.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

Foi adotado o Sistema de Registro de Preços, pois os bens, objetos da licitação, são considerados bens comuns, ou seja, os padrões de desempenho e qualidade são definidos por especificações usuais no mercado e estão disponíveis para compra e contratação a qualquer momento.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

Justifica-se o uso da modalidade SRP – Sistema de Registro de Preços considerando a flexibilidade desta modalidade de contratação, visando atendimento das demandas previamente levantadas/identificadas e eventuais demandas extras além da conveniência da aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.

Há que se ressaltar ainda que o Sistema de Registro de Preços é um procedimento que viabiliza diversas contratações de compras, esporádicas ou sucessivas, sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório para cada aquisição, otimizando o tempo e os gastos com o erário.

Critério de Julgamento:

Menor Preço, de acordo com o Art. 54 da Lei n.º 13.303/2016. Esse tipo de licitação tem como objetivo buscar a proposta que seja mais vantajosa para a administração em termos de valores. Como o próprio nome diz, ganha a proposta que apresentar o valor menor pelo bem ou serviço, que no caso em tela é o que mais se adequa.

Justificativa da adoção do valor estimado público:

TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no Edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Da não obrigatoriedade da visita

Acerca da finalidade da realização de visita técnica – também chamada de visita prévia – o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 4.968/2011 – Segunda Câmara, assim se manifestou:

“A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. Porém, é preciso reconhecer que a referida exigência limita o universo de competidores, uma vez que acarreta ônus excessivo aos interessados que se encontram em localidades distantes do local estipulado para o cumprimento do objeto. Em virtude disso, para que a visita técnica seja legal, é imprescindível a demonstração da indispensabilidade de sua realização para a perfeita execução do contrato”.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

Diante deste fato, bem como o tipo de objeto, entendemos desnecessária a visita, nem obrigatória e nem agendada, bem como a autodeclarada. Nessa linha, o TCU tem se manifestado no sentido de que somente pode ser exigida a visita técnica em casos excepcionais, isto é, nas situações em que a complexidade ou natureza do objeto a justifiquem.

Dos aspectos ambientais

O licitante vencedor deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental, estabelecidos no item 18 deste TR.

Da necessidade de aprovação do Termo de Referência

O Termo de Referência deverá ser aprovado por ato da autoridade competente, conforme disposto no art. 14, II, do Decreto 10.024/2019.

Da qualificação técnica

As exigências de qualificação técnica contidas neste Termo de Referência se justificam em função da necessidade de seleção de empresas com capacidade técnica, operacional, executiva e experiência comprovada para execução do objeto do presente Termo de Referência, tendo em vista que os bens a serem adquiridos serão utilizados em ambientes com o intuito de proporcionar melhores condições de trabalho para todos os empregados vinculados à 4ª SR.

Permite Participação de Cooperativa:

Não atende a legislação para fornecimento do objeto licitado.

Do Consórcio:

A não aceitabilidade de consórcio neste TR não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de execução, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação. O fornecimento objeto deste TR em questão é de baixa complexidade e padronizado que justifica a ausência de consórcio e licitação por pregão eletrônico.

A execução integral deste objeto é comumente oferecida no mercado, de modo que o cumprimento do escopo não depende da atuação de empresas diversas, não precisando adotar o consórcio como mecanismo legal de ampliação da competição.

A compreensão do cenário sobre a participação de consórcios em licitação, que passa pela avaliação de critérios de conveniência e oportunidade diante das peculiaridades do mercado em que se insere o objeto licitado é uma análise da Área Técnica de acordo com natureza do mesmo.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

Da subcontratação

Pela especificidade do objeto previsto neste Termo de Referência, não existem motivos prever serviços a serem executados por terceiros, o que impede a possibilidade de subcontratação. Portanto, não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte

Licitação com os itens abaixo de até R\$ 80.000,00, com base no art. 6º do Decreto nº 8.538/2015:

“Art. 6º - Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).”

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona)

Sim. A adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas.

A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

ANEXO II**PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS TOTAIS**

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID.	COTA	QUANT. MÁXIMA ANUAL	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total (R\$)
01	325121	MOUSE, TIPO: USB, MODELO: ÓTICO, APLICAÇÃO: NOTEBOOK, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM FIO. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	30	44,40	1.332,00
02	451817	TECLADO MICROCOMPUTADOR, TIPO: PADRÃO, TIPO CONECTOR: USB, CONECTIVIDADE: COM FIO. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	30	33,15	994,50
03	451815	MONITOR COMPUTADOR, TAMANHO TELA: 23 A 30 POL, TIPO DE TELA: LED, FORMATO TELA: WIDESCREEN, QUALIDADE DE IMAGEM: FULL HD, INTERATIVIDADE DA TELA: SEM INTERATIVIDADE, AJUSTE: AJUSTE DE ROTAÇÃO, ALTURA E INCLINAÇÃO DO DISPLAY, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT, GARANTIA ON SITE: 36 MESES. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	30	942,77	28.283,10
04	439348	DISCO MAGNÉTICO, MEMÓRIA: 240 GB, APLICAÇÃO: INFORMÁTICA, MODELO: SSD, INTERFACE: SATA III, TIPO: RÍGIDO. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10	150,05	1.500,50



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
 Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

05	452506	DISCO MAGNÉTICO, MEMÓRIA: 480 GB, VELOCIDADE TRANSFERÊNCIA: 6.0 GB/S, MODELO: SSD, TIPO: RÍGIDO. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20	203,17	4.063,40
06	431978	MEMÓRIA: 1 TB. VELOCIDADE TRANSFERÊNCIA: 6.0 GB/S APLICAÇÃO: INFORMÁTICA TAMANHO: 2.5 POL MODELO: SSD INTERFACE: SATA III TIPO: RÍGIDO	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	30	464,07	13.922,10
07	478024	CAPTADOR DE VÍDEO E ÁUDIO, PLACA CONTROLADORA VIDEO. PLACA DE VIDEO, PCI EXPRESS, DDR3, 1GB. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10	1.274,11	12.741,10
08	434678	PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE MEMÓRIA: 8 GB, TIPO: DDR3, VELOCIDADE BARRAMENTO: 1.600 MHZ, PADRÃO: SDRAM, PARA USO EM DESKTOP. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Pacote	Exclusivo para ME e EPP	10	156,03	1.560,30
09	450309	PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE MEMÓRIA: 16 GB, TIPO: DDR3, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SDRAM, DIMM, FREQUÊNCIA CLOCK: 1.333 MHZ. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15	225,00	3.375,00
10	434678	PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE MEMÓRIA: 8 GB, TIPO: DDR3, VELOCIDADE BARRAMENTO: 1.600 MHZ, PADRÃO: SDRAM, PARA USO EM NOTEBOOK. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10	163,73	1.637,30



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
 Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

11	439152	PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE MEMÓRIA: 4 GB, TIPO: DDR3, VELOCIDADE BARRAMENTO: 1.600 MHZ. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10	114,59	1.145,90
12	449233	PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE MEMÓRIA: 8 GB, TIPO: DDR4, VELOCIDADE BARRAMENTO: 2.133 MHZ, APLICAÇÃO: MICROCOMPUTADOR. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10	162,17	1.621,70
13	450307	MEMÓRIA RAM, MEMORIA PRINCIPAL, CAPACIDADE MEMÓRIA: 16GB, TIPO: DDR4. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10	220,67	2.206,70
14	447154	FITA ADESIVA, MATERIAL:ESPUMA ACRÍLICA, TIPO:DUPLA FACE, LARGURA:15 MM, COMPRIMENTO:20 M, COR:INCOLOR	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10	19,17	191,70
15	331235	ASPIRADOR DE PÓ SEM FIO PORTÁTIL COLETOR DE PÓ DOMESTICO 3 EM 1 SOPRADOR DE SECÇÃO MULTIFUNCIONAL, COLETOR DE PÓ SECO E ÚO DE USO DUPLO	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	3	407,50	1.222,50
16	468500	CONJUNTO DE CHAVES DE FENDA DE PRECISÃO, 122 EM 1 KIT DE FERRAMENTAS DE REPARO MAGNÉTICO ELETRONICO	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	2	223,58	447,16
17	341085	PLACA REDE, PADRÃO: ETHERNET, VELOCIDADE TRANSFERÊNCIA: 10,100,1000 MB,S, APLICAÇÃO: REDE DE INFORMÁTICA, TIPO: CARTÃO PCI E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10	191,75	1.917,50



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

		DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.					
18	465402	CABO REDE COMPUTADOR, APLICAÇÃO: REDE ESTRUTURADA, CATEGORIA: 6, PADRÃO CABEAMENTO: GIGALAN, COMPRIMENTO: 305 M, COR: VERMELHA, NORMAS TÉCNICAS: ANSI/TIA 568 C.2 - ISO/IEC -11801, MATERIAL REVESTIMENTO: PVC - CLORETO DE POLIVINILA ANTI-CHAMA, MATERIAL CONDUTOR: COBRE NÚ, TIPO CONDUTOR: PAR TRANÇADO, TIPO CABO: UTP, MATERIAL ISOLAMENTO CONDUTOR: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10	936,64	9.366,40
19	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 1,5 M, NA COR VERMELHA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15	22,38	335,70
20	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 1,5 M, NA COR VERDE. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15	23,35	350,25



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

21	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 1,5 M, NA COR AMARELA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15	23,69	355,35
22	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 1,5 M, NA COR AZUL. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15	23,69	355,35
23	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 2,5 M, NA COR VERMELHA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15	39,59	593,85
24	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 2,5M, NA COR VERDE. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15	39,59	593,85



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

25	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 2,5M, NA COR AMARELA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15	39,59	593,85
26	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 2,5M, NA COR BRANCA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15	39,59	593,85
27	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 1,5M, NA COR AZUL. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15	39,59	593,85
28	473603	PATCH PANEL, PADRÃO: 19 POL, CATEGORIA: 6, PORTAS: 24 UN, TIPO PORTAS: RJ-45, APLICAÇÃO: REDE DE INFORMÁTICA, NORMA PADRÃO: EIA 569, ALTURA: 1U, INSTALAÇÃO: RACK 19 POLEGADAS. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10	666,40	6.664,00



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

29	386875	ORGANIZADOR CABOS, TIPO: 1U, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABERTO, LARGURA: 19 POL. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10	60,95	609,50
30	427183	BANDEJA SUPORTE EQUIPAMENTOS, APLICAÇÃO: SISTEMA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PAINEL DE FECHAMENTO ANGULAR PARA FIXAÇÃO EM RACK, LARGURA: 19 POL, ALTURA: 1U, FIXA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	5	117,39	586,95
31	304078	ESTANTE RACK, PADRÃO: 19" X 5U X 550 MM, ESTRUTURA: AÇO, PORTAS: LATERAIS E TRASEIRAS REMOVÍVEIS, PORTA FRONTAL: COM CHAVE E VISOR EM ACRILICO, COR: PRETO. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	5	298,09	1.490,45
32	304078	ESTANTE RACK ABERTO, PADRÃO: 19" X 24U X 970 MM, ESTRUTURA: AÇO, COR: PRETO E COM PORCA GAIOLA E SEUS RESPECTIVOS PARAFUSOS. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	3	588,97	1.766,91
33	469865	CÂMERA BULLET VHD 3120 B 3.6MM BC, CÂMERA DO TIPO BULLET BRANCA COM SENSOR CMOS DE 1/2.9"; ILUMINAÇÃO INFRATERMELHO (IR) DE 20 M; LENTE DE 3,6 MM (MONTANTE M12), COM ÂNGULO DE VISÃO DE 74° (H) X 46° (V); RESOLUÇÃO EM HD (720P), COM PIXELS EFETIVOS DE 1280	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	12	674,25	8.091,00



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

		(H) X 720 (V; RESOLUÇÃO DE IMAGEM 1280 X 720 COM 30 FPS; SAÍDA DE VÍDEO EM CABO BNC COM SINAL EM 75Ω; POSSUIR IR INTELIGENTE (REGULA POTÊNCIA DO IR, DE A CORDO COM A DIS TÂNCIA DO OBJETO); FILTRO DE CORTE INFRAVERMELHO REMOVÍVEL (AUTOMÁTICA); SENSIBILIDADE MÍNIMA DE 0,1 LUX COM IR DESLIGADOS E 0 LUX COM IR LIGADOS; RELAÇÃO SINALRÚIDO MAIOR QUE 50 DB; VELOCIDADE DE OBTURADOR AUTOMÁTICA DE 1/60 A 1/100.000 S; COMPENSAÇÃO DE LUZ DE FUNDO (BLC); POSSUIR BALANÇO DE BRANCO (ATW); CONTROLE AUTOMÁTICO DE GANHO (AGC); ALIMENTAÇÃO DE 12 VCC E CONSUMO MÁXIMO DE 350 MA (COM IR LIGADO); GRAU DE PR OTEÇÃO IP66; COM CERTIFICAÇÃO CE E FCC; TEMPERATURA E UMIDADE DE OPERAÇÃO: - 10°C~ +60°C, 10% ~ 95%; CIRCUIT O ADICIONAL DE PR OTEÇÃO CONTRA SUR TOS DE TENS ÃO DE NO MÍNIMO 500 V (VÍDEO E ALIMENTAÇÃO). 03 ANOS DE GARANTIA DO FABRICANTE. OS EQUIPAMENTOS DEVERÃ O SER COMPATÍVEIS COM O SISTEMA DE MONITORAMENT O EXISTENTE NA UFG (SISTEMA SIM, INTELBRAS). A exigência da marca Intelbras e justificada pelo fato do sistema e aparelhos utilizado pela 4ª SR serem desta marca, desta forma mantendo o padrao.					
34	299540	CÂMERA DOME VHD 3020 D - FULL HD 3.6MM, CÂMERA DO TIPO DOME PLÁSTICA BRANCA	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20	356,17	7.123,40



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

		COM SENSOR CMOS DE 1/2.9"; ILUMINAÇÃO INFRAVERMELHO (IR) DE 20 M; LENTE DE 3,6 MM (MONTANTE M12), COM ÂNGULO DE VISÃO DE 74° (H) X 46° (V); RESOLUÇÃO EM HD (720P), COM PIXELS EFETIVOS DE 1280 (H) X 720 (V); RESOLUÇÃO DE IMAGEM 1280 X 720 COM 30 FPS; SAÍDA DE VÍDEO EM CABO BNC COM SINAL EM 75Ω; POSSUIR IR INTELIGENTE (REGULA POTÊNCIA DO IR, DE ACORDO COM A DISTÂNCIA DO OBJETO); FILTRO DE CORTE INFRAVERMELHO REMOVÍVEL (AUTOMÁTICA); SENSIBILIDADE MÍNIMA DE 0,1 LUX COM IR DESLIGADO E 0 LUX COM IR LIGADO; RELAÇÃO SINAL-RUÍDO MAIOR QUE 50 DB; VELOCIDADE DE OBTURADOR AUTOMÁTICA DE 1/60 A 1/100.000 S; COMPENSAÇÃO DE LUZ DE FUNDO (BLC); POSSUIR BALANÇO DE BRANCO (ATW); CONTROLE AUTOMÁTICO DE GANHO (AGC); ALIMENTAÇÃO DE 12 VCC E CONSUMO MÁXIMO DE 200 MA (COM IR LIGADO); INSTALAÇÃO INTERNA; COM CERTIFICAÇÃO CE E FCC; TEMPERATURA E UMIDADE DE OPERAÇÃO: -10°C + 60°C, 10% ~ 95%; DEVE POSSUIR CIRCUITO ADICIONAL DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO DE NO MÍNIMO 500 V (VÍDEO E ALIMENTAÇÃO); 03 ANOS DE GARANTIA DO FABRICANTE; EQUIPAMENTOS DEVERÃO SER COMPATÍVEIS COM O SISTEMA DE MONITORAMENTO EXISTENTE NA UFG (SISTEMA SIM, INTELBRAS). A exigência					
--	--	---	--	--	--	--	--



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

		da marca Intelbras e justificada pelo fato do sistema e aparelhos utilizado pela 4ª SR serem desta marca, desta forma mantendo o padrão.					
35	366455	Telefone Openstage 15 Sip, Marca Siemens, Modelo L30250-f600-c176 - Interruptor Ethernet integrado, Quantidade de portas de rede: 2 x Ethernet 10Base-T/100Base-TX, Suporte Power Over Ethernet, (PoE): Sim, Qualidade de serviço: IEEE 802.1Q (VLAN), Serviços Diferenciados (DiffServ), IEEE 802.1p, VoIP: Sim, Protocolos VoIP: trago, Codecs de voz: G.722, G.729ab, G.711u, G.711a, Recursos de voz: Cancelamento de eco (ECN), Diversos Padrões em conformidade: EN 61000-3-2, EN55024, CSA 22.2 No. 950, EN55022 Classe B, EMC, EN 61000-4-11, UL 60950-1, EN 60950-1, FCC CFR47 Parte 15 B Colocação/Montagem: Montável na parede, tampo da mesa, Serviços de chamada: Correio de voz, identificador de chamadas, chamada em espera, encaminhamento de chamadas, transferência de chamadas, chamada em espera, Capacidade de chamada de conferência: 3 vias, Localização do Discador: Base, Tipo de Discador: teclado, Firmware Atualizável: Sim, Botões de Função: Botão viva-voz, botão mudo, botão de rediscagem automática, Módulo de Expansão de Teclas Quantidade Máx.: 1, Operação do menu: Sim, Quantidade de Botões Programáveis: 8, Controle de chamadas: Sim,	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15	498,16	7.472,40



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
 Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

		Viva voz: Sim (dúplex digital), Controle de volume: Sim, Poder Tipo: Adaptador de energia - externo. Obs. A exigência da marca Siemens e justificada pelo fato do sistema e aparelhos utilizado pela 4ª SR serem desta marca, desta forma mantendo o padrão.					
36	416425	HD PORTÁTIL 2TB DISCO MAGNÉTICO, MEMÓRIA: 2 TB., APLICAÇÃO: COMPUTADOR, MODELO: EXTERNO, PORTÁTIL, VELOCIDADE MÍNIMA DISCO: 5.400 RPM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO USB 2.0 E CAPA PROTETORA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	5	520,48	2.602,40
37	486516	PROCESSADOR Intel core i5 11ª geração OU superior ou AMD Ryzen 7 4ª geração; Frequência real mínima de 3,6 GHZ (sem a utilização de Boost Frequency ou Turbo Frequency); 8 núcleos físicos; Cache 12 MB; A controladora de memória deve ser integrada ao processador; Arquitetura 64 bits; Possuir instruções AES-NI; Possuir instruções SSE4.1 e SSE4.2; Suportar tecnologia de virtualização; Suportar tecnologia vPro ou Dash;	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20	767,96	15.359,20
38	607894	PLACA MAE com suporte de, no mínimo, de 64 (sessenta e quatro) GB de memória RAM; no mínimo, 04 (quatro) slots para memória do tipo DDR4-2666 ou superior; 02 slot M.2 PCI-e, sendo um dedicado para Disco e outro para Wireless; 02 slots PCI Express v3.0 x16, sendo um cabeado para X4; 03 (três) interface SATA III (6 Gb/s);	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20	479,32	9.586,40



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
 Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

39	473420	MEMORIA RAM Padrão DDR4 de 2666 MHz OU SUPERIOR, com suporte a Dual Channel;	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20	223,43	4.468,60
40	268199	FONTE ALIMENTAÇÃO, POTÊNCIA: 350W ou superior, FREQUÊNCIA: 60HZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PADRÃO PARA GABINETES ATX, ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20	162,83	3.256,60
41	382749	FONE OUVIDO, FREQUÊNCIA:(MICROFONE) 100HZ-8KHZ;(AUTO-FALANTE) 20HZ-20 KHZ, TIPO FONE:HEADSET C/CONTROLE VOLUME MICROFONE E ÁUDIO;STEREO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COMPATÍVEL COM WINDOWS; AUTO-FALANTE DIÂM. 32MM, ACESSÓRIOS:PLUGUES P/MICROFONE E ÁUDIO DE 3,5MM, APLICAÇÃO:APARELHO TELEFÔNICO IP	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	60	131,26	7.875,60
42	291791	WEBCAM FULL HD USB Resolução: 1280x720 pixels / 30 fps; Sensor: 3 megapixels; Correção de luz de ambiente automática; Microfone embutido com redução de ruídos; Clipe universal que se ajusta a laptops e monitores LCD ou CRT; Compatibilidade com Windows 10 e aplicativos Zoom e Microsoft Teams	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20	292,90	5.858,00
TOTAL (R\$)							174.706,17

Havendo divergência entre a descrição dos materiais e bens no sistema Comprasnet (CATMAT) e a descrição contida nas planilhas do Anexo II, prevalecerá sempre à descrição contida nas planilhas campo "Descrição".



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

ANEXO III**Planilha de Preços Unitários e Totais – MODELO**

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID.	COTA	QUANT. MÁXIMA ANUAL	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total (R\$)
01	325121	MOUSE, TIPO: USB, MODELO: ÓTICO, APLICAÇÃO: NOTEBOOK, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM FIO. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	30		
02	451817	TECLADO MICROCOMPUTADOR, TIPO: PADRÃO, TIPO CONECTOR: USB, CONECTIVIDADE: COM FIO. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	30		
03	451815	MONITOR COMPUTADOR, TAMANHO TELA: 23 A 30 POL, TIPO DE TELA: LED, FORMATO TELA: WIDESCREEN, QUALIDADE DE IMAGEM: FULL HD, INTERATIVIDADE DA TELA: SEM INTERATIVIDADE, AJUSTE: AJUSTE DE ROTAÇÃO, ALTURA E INCLINAÇÃO DO DISPLAY, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT, GARANTIA ON SITE: 36 MESES. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	30		
04	439348	DISCO MAGNÉTICO, MEMÓRIA: 240 GB, APLICAÇÃO: INFORMÁTICA, MODELO: SSD, INTERFACE: SATA III, TIPO: RÍGIDO. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10		



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
 Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

05	452506	DISCO MAGNÉTICO, MEMÓRIA: 480 GB, VELOCIDADE TRANSFERÊNCIA: 6.0 GB/S, MODELO: SSD, TIPO: RÍGIDO. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20		
06	431978	MEMÓRIA: 1 TB. VELOCIDADE TRANSFERÊNCIA: 6.0 GB/S APLICAÇÃO: INFORMÁTICA TAMANHO: 2.5 POL MODELO: SSD INTERFACE: SATA III TIPO: RÍGIDO	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	30		
07	478024	CAPTADOR DE VÍDEO E ÁUDIO, PLACA CONTROLADORA VIDEO. PLACA DE VIDEO, PCI EXPRESS, DDR3, 1GB. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10		
08	434678	PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE MEMÓRIA: 8 GB, TIPO: DDR3, VELOCIDADE BARRAMENTO: 1.600 MHZ, PADRÃO: SDRAM, PARA USO EM DESKTOP. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Pacote	Exclusivo para ME e EPP	10		
09	450309	PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE MEMÓRIA: 16 GB, TIPO: DDR3, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SDRAM, DIMM, FREQUÊNCIA CLOCK: 1.333 MHZ. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15		
10	434678	PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE MEMÓRIA: 8 GB, TIPO: DDR3, VELOCIDADE BARRAMENTO: 1.600 MHZ, PADRÃO: SDRAM, PARA USO EM NOTEBOOK. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10		



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
 Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

11	439152	PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE MEMÓRIA: 4 GB, TIPO: DDR3, VELOCIDADE BARRAMENTO: 1.600 MHZ. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10		
12	449233	PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE MEMÓRIA: 8 GB, TIPO: DDR4, VELOCIDADE BARRAMENTO: 2.133 MHZ, APLICAÇÃO: MICROCOMPUTADOR. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10		
13	450307	MEMÓRIA RAM, MEMORIA PRINCIPAL, CAPACIDADE MEMÓRIA: 16GB, TIPO: DDR4. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10		
14	447154	FITA ADESIVA, MATERIAL:ESPUMA ACRÍLICA, TIPO:DUPLA FACE, LARGURA:15 MM, COMPRIMENTO:20 M, COR:INCOLOR	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10		
15	331235	ASPIRADOR DE PÓ SEM FIO PORTÁTIL COLETOR DE PÓ DOMESTICO 3 EM 1 SOPRADOR DE SECÇÃO MULTIFUNCIONAL, COLETOR DE PÓ SECO E ÚO DE USO DUPLO	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	3		
16	468500	CONJUNTO DE CHAVES DE FENDA DE PRECISÃO, 122 EM 1 KIT DE FERRAMENTAS DE REPARO MAGNÉTICO ELETRONICO	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	2		
17	341085	PLACA REDE, PADRÃO: ETHERNET, VELOCIDADE TRANSFERÊNCIA: 10,100,1000 MB,S, APLICAÇÃO: REDE DE INFORMÁTICA, TIPO: CARTÃO PCI E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10		



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

		DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.					
18	465402	CABO REDE COMPUTADOR, APLICAÇÃO: REDE ESTRUTURADA, CATEGORIA: 6, PADRÃO CABEAMENTO: GIGALAN, COMPRIMENTO: 305 M, COR: VERMELHA, NORMAS TÉCNICAS: ANSI/TIA 568 C.2 - ISO/IEC -11801, MATERIAL REVESTIMENTO: PVC - CLORETO DE POLIVINILA ANTI-CHAMA, MATERIAL CONDUTOR: COBRE NÚ, TIPO CONDUTOR: PAR TRANÇADO, TIPO CABO: UTP, MATERIAL ISOLAMENTO CONDUTOR: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10		
19	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 1,5 M, NA COR VERMELHA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15		
20	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 1,5 M, NA COR VERDE. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15		



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

21	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 1,5 M, NA COR AMARELA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15		
22	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 1,5 M, NA COR AZUL. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15		
23	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 2,5 M, NA COR VERMELHA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15		
24	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 2,5M, NA COR VERDE. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15		



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

25	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 2,5M, NA COR AMARELA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15		
26	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 2,5M, NA COR BRANCA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15		
27	472692	CABO REDE COMPUTADOR, MATERIAL REVESTIMENTO: TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE, MATERIAL CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO, TIPO CABO: PATCH CORD, CATEGORIA: 6, COM CONECTOR, 1,5M, NA COR AZUL. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15		
28	473603	PATCH PANEL, PADRÃO: 19 POL, CATEGORIA: 6, PORTAS: 24 UN, TIPO PORTAS: RJ-45, APLICAÇÃO: REDE DE INFORMÁTICA, NORMA PADRÃO: EIA 569, ALTURA: 1U, INSTALAÇÃO: RACK 19 POLEGADAS. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10		



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

29	386875	ORGANIZADOR CABOS, TIPO: 1U, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ABERTO, LARGURA: 19 POL. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	10		
30	427183	BANDEJA SUPORTE EQUIPAMENTOS, APLICAÇÃO: SISTEMA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PAINEL DE FECHAMENTO ANGULAR PARA FIXAÇÃO EM RACK, LARGURA: 19 POL, ALTURA: 1U, FIXA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	5		
31	304078	ESTANTE RACK, PADRÃO: 19" X 5U X 550 MM, ESTRUTURA: AÇO, PORTAS: LATERAIS E TRASEIRAS REMOVÍVEIS, PORTA FRONTAL: COM CHAVE E VISOR EM ACRILICO, COR: PRETO. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	5		
32	304078	ESTANTE RACK ABERTO, PADRÃO: 19" X 24U X 970 MM, ESTRUTURA: AÇO, COR: PRETO E COM PORCA GAIOLA E SEUS RESPECTIVOS PARAFUSOS. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	3		
33	469865	CÂMERA BULLET VHD 3120 B 3.6MM BC, CÂMERA DO TIPO BULLET BRANCA COM SENSOR CMOS DE 1/2.9"; ILUMINAÇÃO INFRATERMELHO (IR) DE 20 M; LENTE DE 3,6 MM (MONTANTE M12), COM ÂNGULO DE VISÃO DE 74° (H) X 46° (V); RESOLUÇÃO EM HD (720P), COM PIXELS EFETIVOS DE 1280	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	12		



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

		(H) X 720 (V; RESOLUÇÃO DE IMAGEM 1280 X 720 COM 30 FPS; SAÍDA DE VÍDEO EM CABO BNC COM SINAL EM 75Ω; POSSUIR IR INTELIGENTE (REGULA POTÊNCIA DO IR, DE A CORDO COM A DIS TÂNCIA DO OBJETO); FILTRO DE CORTE INFRAVERMELHO REMOVÍVEL (AUTOMÁTICA); SENSIBILIDADE MÍNIMA DE 0,1 LUX COM IR DESLIGADOS E 0 LUX COM IR LIGADOS; RELAÇÃO SINALRÚIDO MAIOR QUE 50 DB; VELOCIDADE DE OBTURADOR AUTOMÁTICA DE 1/60 A 1/100.000 S; COMPENSAÇÃO DE LUZ DE FUNDO (BLC); POSSUIR BALANÇO DE BRANCO (ATW); CONTROLE AUTOMÁTICO DE GANHO (AGC); ALIMENTAÇÃO DE 12 VCC E CONSUMO MÁXIMO DE 350 MA (COM IR LIGADO); GRAU DE PROTEÇÃO IP66; COM CERTIFICAÇÃO CE E FCC; TEMPERATURA E UMIDADE DE OPERAÇÃO: - 10°C~ +60°C, 10% ~ 95%; CIRCUITO ADICIONAL DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO DE NO MÍNIMO 500 V (VÍDEO E ALIMENTAÇÃO). 03 ANOS DE GARANTIA DO FABRICANTE. OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO SER COMPATÍVEIS COM O SISTEMA DE MONITORAMENTO EXISTENTE NA UFG (SISTEMA SIM, INTELBRAS). A exigência da marca Intelbras e justificada pelo fato do sistema e aparelhos utilizado pela 4ª SR serem desta marca, desta forma mantendo o padrão.					
34	299540	CÂMERA DOME VHD 3020 D - FULL HD 3.6MM, CÂMERA DO TIPO DOME PLÁSTICA BRANCA	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20		



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

		COM SENSOR CMOS DE 1/2.9"; ILUMINAÇÃO INFRAVERMELHO (IR) DE 20 M; LENTE DE 3,6 MM (MONTANTE M12), COM ÂNGULO DE VISÃO DE 74° (H) X 46° (V); RESOLUÇÃO EM HD (720P), COM PIXELS EFETIVOS DE 1280 (H) X 720 (V); RESOLUÇÃO DE IMAGEM 1280 X 720 COM 30 FPS; SAÍDA DE VÍDEO EM CABO BNC COM SINAL EM 75Ω; POSSUIR IR INTELIGENTE (REGULA POTÊNCIA DO IR, DE ACORDO COM A DISTÂNCIA DO OBJETO); FILTRO DE CORTE INFRAVERMELHO REMOVÍVEL (AUTOMÁTICA); SENSIBILIDADE MÍNIMA DE 0,1 LUX COM IR DESLIGADO E 0 LUX COM IR LIGADO; RELAÇÃO SINAL-RUÍDO MAIOR QUE 50 DB; VELOCIDADE DE OBTURADOR AUTOMÁTICA DE 1/60 A 1/100.000 S; COMPENSAÇÃO DE LUZ DE FUNDO (BLC); POSSUIR BALANÇO DE BRANCO (ATW); CONTROLE AUTOMÁTICO DE GANHO (AGC); ALIMENTAÇÃO DE 12 VCC E CONSUMO MÁXIMO DE 200 MA (COM IR LIGADO); INSTALAÇÃO INTERNA; COM CERTIFICAÇÃO CE E FCC; TEMPERATURA E UMIDADE DE OPERAÇÃO: -10°C + 60°C, 10% ~ 95%; DEVE POSSUIR CIRCUITO ADICIONAL DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO DE NO MÍNIMO 500 V (VÍDEO E ALIMENTAÇÃO); 03 ANOS DE GARANTIA DO FABRICANTE; EQUIPAMENTOS DEVERÃO SER COMPATÍVEIS COM O SISTEMA DE MONITORAMENTO EXISTENTE NA UFG (SISTEMA SIM, INTELBRAS). A exigência					
--	--	---	--	--	--	--	--



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

		da marca Intelbras e justificada pelo fato do sistema e aparelhos utilizado pela 4ª SR serem desta marca, desta forma mantendo o padrão.					
35	366455	Telefone Openstage 15 Sip, Marca Siemens, Modelo L30250-f600-c176 - Interruptor Ethernet integrado, Quantidade de portas de rede: 2 x Ethernet 10Base-T/100Base-TX, Suporte Power Over Ethernet, (PoE): Sim, Qualidade de serviço: IEEE 802.1Q (VLAN), Serviços Diferenciados (DiffServ), IEEE 802.1p, VoIP: Sim, Protocolos VoIP: trago, Codecs de voz: G.722, G.729ab, G.711u, G.711a, Recursos de voz: Cancelamento de eco (ECN), Diversos Padrões em conformidade: EN 61000-3-2, EN55024, CSA 22.2 No. 950, EN55022 Classe B, EMC, EN 61000-4-11, UL 60950-1, EN 60950-1, FCC CFR47 Parte 15 B Colocação/Montagem: Montável na parede, tampo da mesa, Serviços de chamada: Correio de voz, identificador de chamadas, chamada em espera, encaminhamento de chamadas, transferência de chamadas, chamada em espera, Capacidade de chamada de conferência: 3 vias, Localização do Discador: Base, Tipo de Discador: teclado, Firmware Atualizável: Sim, Botões de Função: Botão viva-voz, botão mudo, botão de rediscagem automática, Módulo de Expansão de Teclas Quantidade Máx.: 1, Operação do menu: Sim, Quantidade de Botões Programáveis: 8, Controle de chamadas: Sim,	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	15		



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
 Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

		Viva voz: Sim (dúplex digital), Controle de volume: Sim, Poder Tipo: Adaptador de energia - externo. Obs. A exigência da marca Siemens e justificada pelo fato do sistema e aparelhos utilizado pela 4ª SR serem desta marca, desta forma mantendo o padrão.					
36	416425	HD PORTÁTIL 2TB DISCO MAGNÉTICO, MEMÓRIA: 2 TB., APLICAÇÃO: COMPUTADOR, MODELO: EXTERNO, PORTÁTIL, VELOCIDADE MÍNIMA DISCO: 5.400 RPM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO USB 2.0 E CAPA PROTETORA. E TODOS OS DEMAIS REQUISITOS DESCRITOS E DETALHADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	5		
37	486516	PROCESSADOR Intel core i5 11ª geração OU superior ou AMD Ryzen 7 4ª geração; Frequência real mínima de 3,6 GHZ (sem a utilização de Boost Frequency ou Turbo Frequency); 8 núcleos físicos; Cache 12 MB; A controladora de memória deve ser integrada ao processador; Arquitetura 64 bits; Possuir instruções AES-NI; Possuir instruções SSE4.1 e SSE4.2; Suportar tecnologia de virtualização; Suportar tecnologia vPro ou Dash;	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20		
38	607894	PLACA MAE com suporte de, no mínimo, de 64 (sessenta e quatro) GB de memória RAM; no mínimo, 04 (quatro) slots para memória do tipo DDR4-2666 ou superior; 02 slot M.2 PCI-e, sendo um dedicado para Disco e outro para Wireless; 02 slots PCI Express v3.0 x16, sendo um cabeado para X4; 03 (três) interface SATA III (6 Gb/s);	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20		



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
 Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

39	473420	MEMORIA RAM Padrão DDR4 de 2666 MHz OU SUPERIOR, com suporte a Dual Channel;	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20		
40	268199	FONTE ALIMENTAÇÃO, POTÊNCIA: 350W ou superior, FREQUÊNCIA: 60HZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PADRÃO PARA GABINETES ATX, ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20		
41	382749	FONE OUVIDO, FREQUÊNCIA:(MICROFONE) 100HZ-8KHZ;(AUTO-FALANTE) 20HZ-20 KHZ, TIPO FONE:HEADSET C/CONTROLE VOLUME MICROFONE E ÁUDIO;STEREO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COMPATÍVEL COM WINDOWS; AUTO-FALANTE DIÂM. 32MM, ACESSÓRIOS:PLUGUES P/MICROFONE E ÁUDIO DE 3,5MM, APLICAÇÃO:APARELHO TELEFÔNICO IP	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	60		
42	291791	WEBCAM FULL HD USB Resolução: 1280x720 pixels / 30 fps; Sensor: 3 megapixels; Correção de luz de ambiente automática; Microfone embutido com redução de ruídos; Clipe universal que se ajusta a laptops e monitores LCD ou CRT; Compatibilidade com Windows 10 e aplicativos Zoom e Microsoft Teams	Unidade	Exclusivo para ME e EPP	20		
TOTAL (R\$)							



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª/GRA

ANEXO III – MATRIZ DE RISCO					
Risco	Definição	Alocação (Codevasf, Contratada ou Compartilhada)	Impacto (Alto, médio ou baixo)	Probabilidade (frequente, provável, ocasional, remota ou improvável)	Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco
1- Necessidade de fornecer os bens ofertados pela contratada na licitação com alteração de Marca ou especificação.	Encerramento de fabricação de modelo ofertado pela licitante no período de fornecimento.	Contratada	Alto	Ocasional	Contratada deverá apresentar os bens com especificações iguais ou superiores para aprovação pela fiscalização sem aumento dos custos.
2 - Alteração do prazo do fornecimento.	Necessidade de aprovação pela Codevasf da alteração de especificação ou marca do risco 1 solicitada pela contratada.	Compartilhada	Baixo	Ocasional	O prazo será aditado a partir da data de aceitação da nova especificação e/ou marca apresentada pela Contratada e aprovada pela fiscalização da Codevasf.
3 - Entrega em desacordo com as especificações do Edital.	Não verificação pela contratada da especificação dos bens descritos no Edital.	Contratada	Alto	Remota	Contratada deverá promover imediata correção, adequação ou substituição do fornecimento em compatibilidade com a especificação do Edital.
4 - Variação cambial do dólar	Variação cambial com percentual entre o menor valor e o maior valor no período de 12 meses anteriores a data de apresentação da proposta. (Exemplo: menor valor R\$ 4,22 e maior valor R\$ 5,10 corresponde uma variação de 20,85%)	Contratada	Médio	Provável	Contratar um seguro cambial. Contratos sujeitos à variação de moeda estrangeira podem ser protegidos por operações de hedge e, portanto, não podem ser causa para reequilíbrio contratual.
5 - Variação cambial do dólar acima do previsto no item 4	Variação cambial acima do percentual previsto no risco 4 a partir da data da assinatura do contrato ou data de recebimento pela contratada da	Codevasf	Alto	Remota	Aditivo para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente da diferença acima do valor limite. (Exemplo: Se o dólar médio do período de fornecimento for R\$ 6,96



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
 Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

	ordem de fornecimento em relação a data de apresentação da proposta. (Exemplo: Dólar na data de apresentação da proposta R\$ 5,65 terá uma variação aceitável de 20,85% totalizando um limite de R\$ 6,83 sem reequilíbrio contratual).				corresponderá um aditivo de 1,90% ($6,96/6,83 \times 100 = 1,90\%$)
6 - Variação da inflação (IPCA)	Aumento do IPCA médio do período entre a data do recebimento da ordem de fornecimento até a data de entrega em relação a variação do menor e o maior valores no período de 12 meses anteriores a data de apresentação da proposta. (Exemplo: proposta de novembro de 2020 e a inflação de maio de 2020 foi 1,88% e dezembro de 2019 4,52% corresponde uma variação de 40,42%)	Compartilhada	Médio	Provável	Aditivo para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente da diferença acima do valor limite. (Exemplo: Se o IPCA do mês de recebimento da ordem de fornecimento for 4,52% e a média do período a partir do recebimento da ordem de fornecimento for inferior a $4,52\% \times 1,4042 = 7,61\%$ não correrá aditivo de reequilíbrio, mas se média fosse 7,89% o aditivo seria de $0,79\% = 7,89\% - 7,61\%$).
7 - Greve da Receita Federal do Brasil	Greve da Receita Federal nos fornecimentos importados devidamente comprova dos os impactos.	Codevasf	Alto	Remota	Aditivo de prazo.
8 - "Greve de caminhoneiros"	Greve do setor de transporte impedindo frete.	Codevasf	Alto	Remota	Aditivo de prazo.
9 - Aumento dos custos de transporte internacional de cargas.	Elevação de taxas e tarifas e encargos aduaneiros, inclusive frete.	Contratada	Baixo	Ocasional	Empresa renegociar valores ou arcar com a diferença do frete com a sua contratada.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
 Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

10 - Aumentados custos de fretes.	Aumento das tabelas de fretes e diesel	Contratada	Médio	Ocasional	Empresa renegociar valores ou arcar com a diferença do frete com a sua transportadora.
11 - Dificuldade de aquisições de matéria-prima.	Aumento dos custos ou atrasos nos fornecimentos de matéria-prima para fabricações.	Contratada	Médio	Ocasional	Empresa renegociar valores com fornecedor ou alterar o mesmo.
12 - Estimativa de prazo de entrega.	Aceitação do prazo de edital para entrega dos fornecimentos e não conseguir cumprir com o mesmo sem nenhum fato superveniente previsto nesta matriz de risco para aditivo de prazo.	Contratada	Médio	Ocasional	Recebimento dos veículos pela Codevasf com a aplicação das sanções previstas no edital.
13 - Interrupção do contrato	Verificação da impossibilidade provisória de recebimento do veículo por parte da Codevasf.	Compartilhada	Baixo	Remota	Interrupção da contagem do prazo de entrega.
14 – Dano na descarga dos itens de fornecimento	Dano na descarga ou organização dos veículos na entrega.	Contratada	Médio	Remota	Substituição imediata dos bens danificados pela Contratada na descarga.
15 – Dano no frete dos itens de fornecimento	Dano durante o transporte dos bens.	Contratada	Médio	Remota	Substituição imediata dos bens danificados pela Contratada durante o transporte.
16 – Roubo ou extravio de cargas	Roubo da carga ou extravio da mesma.	Contratada	Alto	Remota	Aditivo de prazo após a devida comprovação do fato.
17 – Alterações Tributárias	Mudança na legislação tributária que altere os valores.	Codevasf	Médio	Remota	Aditivo para reequilíbrio econômico-financeiro ao contrato.
18 - Variação de local de entrega	Mudança nos locais de entrega dos bens por interesse da Codevasf dentro dos previstos no estado de Sergipe.	Compartilhada	Baixo	Ocasional	A Codevasf deverá avisar quando da emissão da Ordem de Fornecimento e não ocorrerá alteração do valor do preço ofertado por parte da Contratada.
19 – Férias Coletivas	Férias coletivas do fabricante ou fornecedor.	Contratada	Baixo	Frequente	Não será permitido aditivo de prazo.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
 4ª Superintendência Regional – 4ª SR - Sergipe
 Gerência Regional de Administração e Tecnologia – 4ª GRA

20 - Variação no prazo de pagamentos	Pagamentos após decorridos 30 (trinta) dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.	Codevasf	Alto	Provável	A Contratada deverá solicitar o pagamento da atualização monetária conforme o disposto no art. 5, anexo XI da IN 05/2017 e possuir capital de giro para os fornecimentos.
21 - Crise de Semicondutores	São materiais considerados essenciais para a produção de chips. Usados em circuitos eletrônicos, são capazes de conduzir corrente. A maioria dos semicondutores são cristais feitos, mais comumente, de silício. A escassez de semicondutores fez com que fabricantes tivessem de paralisar linhas de produção ao redor do mundo.	Contratada	Alto	Ocasional	Interrupção da entrega ou prorrogação de prazo